

Governo pode ser forçado a fazer cortes na área social

Decisão seria para compensar perda de receita

- BRASÍLIA. O Governo terá que tomar medidas adicionais, a partir de julho, se for derrotado na Justiça sobre a cobrança da contribuição previdenciária dos servidores públicos. Como só há fôlego para manter o equilíbrio das contas públicas sem essa receita até o fim de junho, programas que foram poupadados no ajuste fiscal anterior abrangendo as áreas de saúde e educação deverão sofrer cortes de recursos.

O objetivo do Governo é cumprir a meta de superávit primário de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 99. O Governo tem até o próximo dia 13, data em que é fechada a folha de pagamentos da União, para conseguir reverter as decisões judiciais.

— O desempenho das contas públicas nos três primeiros meses do ano foi melhor do que esperávamos, o que nos dá uma folga para passarmos pelo primeiro semestre. Mas a receita da contribuição dos inativos será fundamental para o ajuste fiscal em 99 — disse ontem o secretário-executivo do Ministério do Orçamento e Gestão, Martus Tavares.